

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE E A AÇÃO NA CONJUNTURA

Aos companheiros e companheiras do PT/RS:

Uma Contribuição ao Debate e a Ação na Conjuntura

O texto base aprovado no Diretório Estadual de 27 de setembro de 2025, que serviu de referência nos Encontros Regionais e Setoriais que realizamos em todo o estado, continua sendo uma referência para orientar o partido nesta conjuntura. Essa, além de complexa e difícil, combina-se com o processo inicial de um ano eleitoral em 2026.

Somos responsáveis pelo governo federal liderado pelo companheiro Lula que se apresenta como candidato à reeleição por vontade consensual do Partido. Essa escolha já é determinante de um processo estratégico subordinador de um conjunto de comportamentos e iniciativas que irão nos orientar em um país, que sabemos, com profundas desigualdades regionais e sociais, com um sistema partidário permeado por diferenças sensíveis em suas organizações e projetos estaduais e com enormes desigualdades na representação da cidadania pelas regras herdadas do regime militar na Constituição de 1988.

No entanto, o bloco que compõe o governo federal com Lula, além das federações do campo popular e socialista, reúne outros partidos com ações e programas distintos em vários estados do país.

Essa é uma das contradições que teremos que enfrentar no processo e com profunda clareza para que a cidadania comprehenda isso como o preço pela pouca experiência democrática do povo brasileiro, menos de 50 anos apenas, e

o difícil caminho de construção de Partidos com programas coerentes e de expressão nacional.

Aqui temos uma diretriz clara. Teremos que conviver com essa realidade em vários estados, mas não poderemos estimular políticas de alianças regionais que não ajudam a organizar coerências programáticas e tenham consequência positiva na educação política da cidadania.

No RS, temos essa possibilidade e a estamos exercitando com as Federações do PT/PCdoB e PSOL/Rede e buscando permanentemente a unidade com PDT e o PSB, que participam do governo Lula. Além destes, existem partidos no campo popular que não possuem ainda representação parlamentar, mas que atuam e lutam junto com os movimentos populares e sindicais que precisamos também trazê-los para a ação unitária.



Novos Acontecimentos da Conjuntura

Os recentes acontecimentos apontam para uma possível conscientização de outros setores sociais da necessidade de construção de uma democracia mais sólida, mais soberana e com mais igualdade social.

Os ataques imperialistas de Trump ao Brasil e outros países da América Latina revelou, crescentemente, os limites da globalização e a necessária defesa da soberania, que deverá estar cada vez mais nas mãos das classes trabalhadoras.

A prisão definitiva de Bolsonaro, a condição de foragidos dos Deputados Eduardo Bolsonaro e Ramagem, a chacina da Favela do Alemão no Rio de Janeiro, às evidentes implicações dos governos do Rio e de Brasília na quebra fraudulenta do Banco Master, as tentativas de aprovar leis para blindar parlamentares e bandidos, ao impedir a tributação da especulação financeira e do enriquecimento ilícito e enganoso das apostas nas chamadas Bet's, evidenciam, cada vez mais, quem realmente são os governos e os parlamentares da extrema direita e aliados do centrão, e quais são seus interesses.

Esses elementos da conjuntura e as pesquisas de opinião confirmam a possibilidade de uma melhora nas condições favoráveis ao campo popular em 2026.

Para isso contribuem, também, e principalmente as políticas implantadas pelo governo Lula: estabilidade macroeconômica, controle da inflação, geração de emprego, defesa da soberania nacional e presença ativa nos

organismos internacionais, na defesa do país e das causas humanitárias e do civilizatórias, como a recente Conferência Climática buscando regras internacionais para defesa da humanidade.

O quadro favorável, no entanto, não nos autoriza a euforia ou ao otimismo exagerado. A relação de forças no Congresso Nacional é abertamente desfavorável e o sistema eleitoral vigente está montado para manter a representação irreal da sociedade brasileira no Parlamento: voto nominal, financiamento privado, acesso ao Fundo Partidário, emendas parlamentares, piso e teto nas representações da Câmara, partidos que eternizam direções provisórias sem democracia interna, etc.

Mesmo determinados a garantir mais um mandato presidencial, é impossível alterar significativamente o Congresso sem alterar essas “regras do jogo” vindas da ditadura.

Assim, precisamos dedicar nossos esforços para sair deste Encontro com o firme propósito de construir a unidade do campo democrático, popular e socialista no RS. O recente encontro das direções partidárias das Federações com a presença do PSB e PDT e seus dirigentes estaduais unificou a proposta de uma mesa coordenadora de todos esses partidos no movimento pró-reeleição presidencial de Lula.

Nosso Encontro Estadual deve estabelecer como tarefa primeira em todos os municípios do RS organizar mesas locais que busquem organizar, além dos Partidos, o

engajamento de Sindicatos, Associações Comunitárias e Culturais que estejam dispostas e comprometidas com a reeleição do presidente Lula.

A construção de uma grande unidade no RS não deve atrasar ou impedir a formação da unidade para reeleger Lula. Já há sinais evidentes de setores de outros partidos não comprometidos com a extrema-direita que poderão estar com Lula e não estar conosco no RS. É a contradição da recente experiência democrática na sociedade brasileira e de conflitos regionais e/ou setoriais não resolvidos ou identificados. É necessário ter consciência histórica e compreensão da nossa realidade para saber que o “mito Bolsonaro” não se sustenta na figura patética que lhe dá o nome, mas em décadas de domínio cultural e ideológico do neoliberalismo pregado no Brasil pelo monopólio da mídia, pelo predomínio cultural do individualismo, do negacionismo da ciência, da intolerância, da submissão do planejamento e do papel do Estado ao Deus Mercado, a laicidade da política subordinada à fé religiosa.

A unidade de Mesa Coordenadora pró-Lula em cada município não impede que a chapa que nos representará no RS não responda às questões programáticas que nos desafiam na disputa do governo estadual.

A construção da nossa chapa majoritária no Rio Grande do Sul é uma tarefa estratégica, Edegar Pretto e Paulo Pimenta serão os nomes apresentados pelo PT para o diálogo com os demais partidos do nosso campo. Temos plenas condições de vencer o governo do estado com a candidatura do

companheiro Edegar Pretto, derrotando a extrema direita e rompendo com a década perdida de desmonte neoliberal. A crise deixada pelos últimos governos abriu espaço para um novo projeto baseado na participação popular e no fortalecimento do Estado. Paralelamente, a disputa das duas vagas ao Senado é decisiva no cenário nacional, fortalecendo o projeto de Lula e a resistência ao centrão fisiológico no Congresso. A candidatura de Pimenta deverá apresentar um conjunto de lutas que são centrais na conjuntura (defesa da soberania nacional, fim da jornada 6x1, etc) para uma tática vencedora. Conquistar o governo estadual e uma bancada federal sólida são faces da mesma moeda: a da reconstrução democrática e popular do nosso estado e país.

Nesse sentido, precisamos agilizar no pós-encontro o trabalho de apresentar um programa de governo que dialogue com o tamanho da crise deixada pelo governo Leite e envolva ao máximo a participação direta da população.

A Frente política que estamos formando precisa ter como fio condutor a participação popular. É o melhor antídoto ao período nefasto e destruidor das potencialidades do Estado gaúcho nas mãos do PSDB, PMDB, PP e PSD.

O documento do Diretório Estadual de setembro sintetiza bem ao chamar de “década perdida” as negociatas privatistas das empresas públicas, o não cumprimento dos mínimos constitucionais nos gastos públicos de saúde, educação, assistência social, a diminuição do PIB gaúcho e a liquidação da capacidade de governo pelo fechamento dos órgãos de planejamento e execução de políticas públicas. Agregue-se a

isso o não pagamento da dívida com a União que o governo Leite entregará em dobro ao sair do governo. Tudo com a conivência e o silêncio obsequioso da mídia monopolista que sonega e desinforma o povo gaúcho.

Nossos candidatos e nosso programa deverão ter como eixo central de governo a participação organizada da população para definir prioridades e políticas públicas no Orçamento e nos órgãos estatais. Já acumulamos uma experiência no RS que nos permite confiar que a elaboração do Orçamento tem aliados fortes nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e nas organizações cooperativas e sindicais, que através de formas territoriais e setoriais, são aliados de um governo com compromisso com a população e o fortalecimento democrático.

Para isso, é incontornável que a campanha eleitoral assuma o debate sobre a retomada do princípio democrático-constitucional sobre o regime presidencialista, no país e no Estado. É fundante a discussão e o debate do regime político. Essa excrescência das emendas parlamentares em um regime onde o Executivo é o responsável pela elaboração e execução do Orçamento inviabiliza qualquer governo. Além, é claro, do personalismo, da deseducação política, do clientelismo, do abandono da racionalidade e do planejamento do orçamento público.

Esses temas (emendas, sistema eleitoral) são obrigatórios para a construção de um programa de governo de caráter democrático e popular, independente da atual relação de forças nos parlamentos. Necessitamos fazer esse debate

para, inclusive, recuperar o descrédito da população nas instituições de representação, mostrando seus limites, erros e distorções e apontando para uma superação e outras formas de aprofundar a democracia.

Nosso programa deve enfrentar também a fragilização do Estado e a perda de controle público sobre os serviços e obras demandadas pela população e pelo desenvolvimento econômico.

Devemos estar juntos, participando e apoiando a contrariedade da população contra a nova onda de pedágios que o governo Leite quer impor para justificar obras necessárias ou reclamadas.

As concessões de pedágios, assim como a entrega de serviços públicos para a privatização são péssimos exemplos desses governos. São contratos onde o beneficiário não coloca nenhuma obra, nenhum capital, nem uma estrada nova. Ganham décadas de cobrança e capitalização para assumirem alguma obra, com taxas de retorno garantidas. No governo Tarso Genro (PT) foi criada uma empresa pública para ampliar recursos em estradas necessárias. A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) cumpria seu papel, fazendo investimento maior, sem taxa de retorno (lucro), atendia áreas com necessidade de ampliação e com controle público das comunidades e Prefeituras nas regiões que atravessava.

O governo Leite vem liquidando e sufocando a EGR, para justificar a privatização. Exemplificando, enquanto a EGR cobra em torno de R\$20,00 para o trecho POA-Gramado-

Canela (ida e volta), POA-Garibaldi ou POA-Farroupilha, com distância menor, o free-flow cobra mais que o dobro.

Outra importante política pública é o piso salarial regional, assim como o salário mínimo nacional. Além da definição constitucional de que o salário mínimo deve garantir a reprodução da sua força de trabalho e o custo histórico dessa reprodução na sociedade moderna urbanizada, com serviços insubstituíveis para a vida, o papel da distribuição de renda tem a função dinamizadora da economia e a busca pela diminuição das desigualdades sociais. Precisamos sinalizar como defendemos esse direito a partir da iniciativa política do Estado e não algo subordinado ao humor do mercado, ao “arcabouço fiscal” ou ao “teto de gastos”.

Para diminuir a brutal desigualdade social que vivemos, o salário mínimo ou os pisos regionais devem ser por ação governamental, por isso é urgente substituir a crítica ao atual modelo de trabalho vigente (escala 6x1) e subordinado ao “teto de gastos”, pela ação governamental que responda ao contrato social da Constituição em vigor. Nesse caso, é urgente, imperioso, unificar no campo popular uma bandeira de luta positiva, de conquista e não apenas a crítica ao praticado pelo mercado. As Federações, as Centrais Sindicais e o Governo precisam unificar e massificar a proposta que substitui o criticado 6x1 atual. Essa luta será um divisor de águas no ano de 2026. Urge unificar o que queremos para que isso se transforme em força social na política.

O argumento vale também para nossa luta por uma reforma política, que se contrapõe à fossa antidemocrática do Centrão que acena com o voto distrital, que com as emendas parlamentares atuais transformaram o país em feudos e currais eleitorais, sem renovação, sem expressão de minorias e sem os grandes temas político-sociais. Nossos candidatos, nosso programa terá que opinar sobre essa armadilha que há décadas não dá governabilidade aos eleitos. É urgente que unifiquemos, também, no campo popular, democrático e socialista o fortalecimento dos partidos e dos projetos políticos para a sociedade defendendo o voto em lista partidária/Federação/Frente pré-ordenada e com igualdade de gênero.

Por fim, não esgotamos um programa eleitoral e de governo. Tarefa para muitas mãos e conhecimento dos problemas regionais e setoriais do Rio Grande, mas nossa contribuição parte da convicção de que algumas questões centrais formam a espinha dorsal da nossa relação com os setores que buscamos representar. Estaremos juntos com os demais companheiros e companheiras dentro do Partido para construirmos a unidade política e a força social capaz de garantir a vitória de Lula e dos nossos candidatos dessa grande frente democrática, popular e socialista no RS.

Novembro de 2025
Democracia Socialista - Tendência interna do PT

